

Reunião da Subcomissão Regional da Zona Centro de 16 de março de 2022

Agência Portuguesa do Ambiente promoveu a **16 de março** uma reunião da Subcomissão Regional da Zona Centro, da Comissão de Gestão de Albufeiras, dedicada às bacias do Vouga, Mondego e Lis, que se realizou de forma presencial em Coimbra e em simultâneo por videoconferência.

O objetivo principal da reunião foi avaliar as disponibilidades hídricas na região nas bacias do Vouga, Mondego e Lis, face às necessidades existentes, e definir as medidas necessárias para fazer frente à situação de seca no presente ano hidrológico.

A precipitação ocorrida desde outubro está significativamente abaixo da média o que não tem permitido a reposição dos níveis de armazenamento quer nas albufeiras quer nas massas de água subterrâneas.

Foi apresentado pela APA a avaliação das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas e as necessidades existentes bem como apresentadas propostas de medidas enquadradas em 5 tipologias: resiliência das origens de água, restrição e controlo de consumos, monitorização dos recursos subterrâneos e superficiais, promoção da eficiência hídrica nas infraestruturas de distribuição dos setores urbano e agrícola e sensibilização para o uso racional da água.

Foi salientada a necessidade de dar continuidade ao uso eficiente da água, promovendo a poupança e implementando as medidas que permitam ganhar resiliência preparando para um anos com menores disponibilidades, tal como 2022 parece oferecer. Foi também salientado que os novos projetos devem considerar as disponibilidades hídricas existentes e futuras e adaptar-se ao território e não o contrário.

Muitos dos presentes salientaram a necessidade de implementar medidas do lado da oferta. Foi realçada a necessidade de apostar na monitorização dos consumos e apostar na eficiência em todos os setores.

A DGADR fez o ponto de situação de implementação das medidas associadas à agricultura, salientando que os regadios coletivos têm apresentam mais vantagens em termos de resiliência a situações desfavoráveis em comparação com os sistemas individuais. Referiu ainda a necessidade de adaptação à diminuição das disponibilidades no contexto das alterações climáticas e apostar tanto nas medidas do lado da oferta como da procura.

Foi analisada com maior detalhe a situação nas albufeiras da Aguieira, Fronhas e Fagilde e nas águas subterrâneas, bem como a necessidade de maior articulação na gestão dos diferentes usos no aproveitamento do Mondego e do Lis, provendo a eficiência hídrica do sistema.

Comissão de Gestão de Albufeiras

Subcomissão Regional da Zona Centro

Foram identificados um conjunto de medidas, intervenções e possíveis apoios de forma a mitigar os efeitos da seca nas origens de água para abastecimento público e a proporcionar condições básicas para que as atividades agrícola e agropecuária consigam ultrapassar os impactos desta situação.

- ✓ Verificar semanalmente a necessidade de implementar medidas face ao evoluir da situação e quando necessário promover reuniões das subcomissões.
- ✓ Condicionar a produção de energia nas albufeiras da Aguieira e Fronhas, para garantir os volumes necessários para o abastecimento público, e suspender a autorização de novas captações superficiais nestas albufeiras.
- ✓ Garantir uma gestão articulada entre os diferentes usos nos aproveitamentos de fins múltiplos e implementar medidas de diminuição das perdas e de controlo dos caudais captados.
- ✓ Dar seguimento ao “Estudo de Alternativas para a Reabilitação da Barragem de Fagilde”
- ✓ Avaliar as albufeiras de baixa capacidade de armazenamento e os aquíferos destinados ao abastecimento público para antecipar medidas excecionais que se venham a revelar como necessárias.
- ✓ Automatizar com telemetria a monitorização dos níveis das albufeiras para abastecimento público para permitir um acompanhamento mais efetivo.
- ✓ Reforçar a rede de monitorização piezométrica na região hidrográfica.
- ✓ Suspender a emissão de títulos de novas captações de água subterrânea para uso particular nas massas de água identificadas como críticas no Relatório de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica.
- ✓ Novas captações só podem ser tituladas por autorização, independentemente da potência instalada.
- ✓ Reforçar a fiscalização para verificação de eventuais situações de captações ilegais.
- ✓ Promover a gestão do Empreendimento de Fins Múltiplos – EFM do Mondego.
- ✓ Dar continuidade à reabilitação do AH do Lis, melhorando a sua eficiência.
- ✓ Avaliar e instalar pontos de água e/ou cisternas junto a albufeiras de água públicas para o abeberamento animal.
- ✓ Promover e incrementar os projetos de eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição, tanto no setor urbano como no setor agrícola.
- ✓ Reduzir as perdas nas infraestruturas hidráulicas e nas redes de distribuição.
- ✓ Promover a implementação de medidas de eficiência hídrica em habitações ou prédios de habitação.
- ✓ Em articulação com as Câmaras Municipais promover a redução dos consumos de água da rede distribuição para usos não potáveis (e.g. lavagem de contentores, lavagem de ruas, encerrar fontes decorativas que não disponham de circuitos fechados).
- ✓ Fomentar a colaboração técnica entre entidades gestoras relativa ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição, com prioridade para os sistemas com maior volume de perdas.
- ✓ Apoiar e incrementar a implementação de soluções de utilização de ApR quer a nível da produção, quer a nível da utilização, nos usos não potáveis, nomeadamente para rega, usos urbanos e indústria.

Comissão de Gestão de Albufeiras

Subcomissão Regional da Zona Centro

- ✓ Dar continuidade ao processo de implementação de soluções de utilização de ApR a partir das ETAR Nelas III e Mangualde sul.
- ✓ Promover campanhas de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, aos agentes económicos e entidades públicas.

A APA anunciou ainda a disponibilização, no presente ano, de 5 milhões de euros do Fundo Ambiental para apoio a nível nacional à execução de medidas específicas de contingência para combate à seca, nomeadamente campanhas de sensibilização.

No final da reunião foi assinado entre a APA e o município de Viseu de um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira para elaborar o “Estudo de Alternativas para a Reabilitação da Barragem de Fagilde”.